

O FORTE DE ÓBIDOS UMA UNIDADE DE DEFESA NA CONQUISTA DO NORTE DO BRASIL Um projeto de pesquisa

Veleda Lucena*

RESUMO: O início da colonização do Norte do Brasil está relacionado à conquista e à exploração direta dos recursos naturais. A fixação portuguesa na região foi movida, em grande parte, pela necessidade de garantir a posse do território e evitar a evasão de bens. Muitos dos assentamentos coloniais originaram-se de postos avançados de conquista ou de defesa. O Forte dos Pauxis (século XVII) e o de Óbidos, que o sucedeu (século XIX), representam uma unidade funcional do *subsistema de defesa do sistema colonial português no Brasil*. Efetivamente, a estrutura arquitetônica remanescente foi aquela construída no século XIX. O assentamento do forte no estreito de Óbidos, no século XIX, atendia ainda a condição estratégica da área, que fora observada o séc. XVII. Por seu traçado, o Forte revela profundas diferenças com a grande maioria das estruturas de defesa remanescentes no Nordeste do Brasil. Construído sob novas concepções de técnicas de defesa, e sob o impacto do desenvolvimento das armas raiadas, o Forte de Óbidos permite, através do estudo arqueológico, avaliar-se importantes aspectos, omissos na parca documentação textual até o momento conhecida. São aspectos quanto a adoção de técnicas da arquitetura militar, ao uso de armamentos, velocidade de difusão de artefatos importados, e sobretudo questões relacionadas à alterações de função, ao longo do tempo, e modificações na estrutura arquitetônica. A comunicação discute os principais tópicos que serão desenvolvidos neste projeto de pesquisa, e busca suscitar a troca de experiências desenvolvidas em outras áreas.

As atividades mercantis de Portugal, inserido no incipiente *Sistema Mundial*¹, no final do século XV e início do XVI, não o levariam, de início, a demonstrar um maior interesse em investir nas terras recém-descobertas. Preocupados em atender às necessidades para con-

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

1. WELLERSTEIN, Immanuel. 1974.

tornar a crise de crescimento que se abatia sobre Portugal à época, visavam soluções mais imediatas que equacionassem o problema.

Pelo Tratado de Tordesilhas as terras sob o domínio português não se estendiam mais que algumas milhas para o interior, não incluindo mesmo, mais que a foz do Amazonas. Os espanhóis ocupavam a vertente pacífica das Américas. O acesso à Amazônia pela rota do Pacífico, incluía um longo percurso através dos Andes. Por outro lado, outras áreas se mostravam mais promissoras e de acesso mais franco aos espanhóis, para a exploração de metais preciosos. Entretanto, outros povos que se julgavam despojados pelo Papa, de seus direitos, não reconheciam sua autoridade para dividir as terras a serem descobertas. São principalmente ingleses, holandeses e franceses, que no final do século XVI, até meados do XVII, penetram através do Amazonas, buscando se estabelecer. Os holandeses chegam à foz do Rio Xingu e aí fundam os Fortes de Orange (1599) e Nassau (1600); posteriormente, já durante a ocupação holandesa no Nordeste, fundam um outro forte entre os Rios Maiacaré e Caciporé (1646), que logo é abandonado. Os ingleses estabelecem-se mais ao norte, na foz do Amazonas, nas proximidades de onde hoje é a cidade de Macapá; aí fundam o Forte de Cumau (1631); na confluência dos Rios Maracapu e Amazonas, fundam o Forte de Terrego ou Tauregue (1628). Os franceses estabelecem-se um pouco mais ao sul, onde hoje é o Estado do Maranhão.

A ação portuguesa na Amazônia, durante o primeiro século da colonização, praticamente inexistente. As capitânias são abandonadas por seus donatários. A evidência do risco de perda da área amazônica, e conseqüentemente do potencial de exploração de seus produtos naturais, as especiarias, madeiras, e as sonhadas riquezas minerais, faz com que a metrópole se volte para expulsar da área os estrangeiros que buscavam ali se estabelecer. Apenas a partir de 1615, após a expulsão dos franceses do Maranhão, o interesse da metrópole se volta mais efetivamente para a região. A partir de então tem início uma seqüência de ações de destruição dos estabelecimentos ingleses e holandeses na região, bem como as tentativas incipientes de construção de praças fortificadas na área.

Efetivamente a colonização portuguesa, na foz do Amazonas, tem início a partir de 1616, com a expulsão definitiva de ingleses e holan-

deses ali instalados. São desta época os primeiros assentamentos portugueses na região, todos eles relacionados ao estabelecimento de pontos de defesa. De modo análogo ao que ocorrera na costa leste, parte das unidades de defesa na Amazônia foi construída às expensas da coroa e parte às custas de particulares, em troca de mercês. São instaladas ao longo do século XVII diversas posições fortificadas. Mesmo os assentamentos de caráter civil, necessariamente incluíam situações para a defesa. Mas é principalmente a partir da ação de missões religiosas que se dá a ocupação da região. O avanço para o interior deu-se sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, seguindo a trilha aberta pelas missões religiosas que se estabeleceram na área. Eram sobretudo jesuítas, carmelitas e franciscanos, que penetravam na mata, formando missões dispersas em uma área de milhares de quilômetros quadrados.

O regime de trabalho rigoroso e disciplinado imposto pelos religiosos aos índios, rendeu às Ordens, a constituição de importantes empresas comerciais. Cerca de um século depois, é suprimido dos religiosos o poder temporal sobre os indígenas, através da ação do Marquês de Pombal. Os jesuítas, que mais resistiram ao acatamento das determinações reais, são expulsos dos domínios portugueses; os carmelitas e outras ordens, acatando as determinações, são mantidos. Os desdobramentos da política pombalina, em relação aos indígenas, que a partir de então não estão mais sujeitos à escravidão, mas obrigatoriamente pagos por seus trabalhos, conduz a uma reversão no quadro dos aldeamentos e missões. Se antes representavam comunidades relativamente fechadas ao acesso do colonizador que não fossem os religiosos das missões, tornam-se aquelas comunidades o foco de interesse do colonizador leigo, em face da disponibilidade de mão-de-obra. Deste modo, estes antigos aldeamentos missionários, vêm a constituir a origem de grande parte das atuais cidades da Amazônia. A mão-de-obra indígena não interessa apenas aos colonos, mas ainda aos administradores das obras públicas, nas construções de fortalezas e estabelecimentos públicos civis, além do trabalho nos pesqueiros e fazendas reais.

Histórico das pesquisas

O Projeto de Preservação do Patrimônio Arquitetônico de Óbidos incluiu em seus objetivos a restauração do Forte de Óbidos, considerado um dos monumentos-marco da cidade.

O Forte de Óbidos representa um destes monumentos cuja documentação textual, até o momento conhecida, apresenta uma ampla gama de lacunas no que concerne à história de sua própria estrutura física. São questões que permanecem em aberto, como por exemplo, as divergências quanto à continuidade ou não, em termos topológicos, entre o forte erguido no século XVI e aquele do século XIX; a execução ou não das obras externas, do fortim de apoio na margem oposta.

A escassez de dados disponíveis conduziu a coordenação do Projeto, a recorrer à pesquisa arqueológica na área do monumento.

A pesquisa arqueológica no Forte de Óbidos foi executada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a direção geral do Professor Marcos Albuquerque, com direção de campo a cargo da Pesquisadora Velela Lucena do Departamento de História Social da Fundação Joaquim Nabuco.

As escavações foram realizadas no período de 11 de julho a 20 de agosto de 1987, tendo sido financiados pela Universidade Federal do Pará, Prefeitura Municipal de Óbidos e SPHAN – Fundação Pró-Memória.

O estudo de campo foi conduzido de modo a permitir o desenvolvimento de experiências relacionadas ao resgate de uma documentação arqueológica que extrapolou o objetivo inicial de restauração. A experiência buscou sobretudo avaliar a potencialidade da documentação estratigráfica sob as condições climáticas locais. O interesse no tema deveu-se sobretudo às referências de trabalhos anteriores na Amazônia, cuja bibliografia aponta para a impossibilidade de utilização da estratigrafia como documento, naquela região, em decorrência do processo pedogenético atuante na área. Deste modo, esta preocupação extrapolou os objetivos técnicos da Arqueologia, atingindo também àqueles de natureza científica.²

2. ALBUQUERQUE, Marcos. 1993.

O povoamento de Óbidos e a casa-forte dos Pauxis

A cidade de Óbidos, uma das mais antigas da Região amazônica, está situada à margem esquerda do Rio Amazonas, em seu baixo curso. O povoamento europeu na área, iniciado no século XVII, acompanhou a implantação de uma missão religiosa, instalada nas proximidades do lago Pauxis. A povoação manteve o nome indígena até a segunda metade do século XVIII, quando todas as antigas missões e povoados foram forçados a adotar nomes portugueses.

O Forte de Óbidos foi construído nas proximidades da Missão, e deste modo, tem-se suposto que se tenha utilizado em sua construção a mão-de-obra indígena.

Assim, a proximidade entre o aldeamento e o forte, atende aos objetivos da política de colonização por facilitar a exploração da Região Amazônica utilizando a mão-de-obra local.

A penetração e conquista dos portugueses na Região amazônica, e o conseqüente povoamento, encontrou obstáculos outros, além dos naturais que caracterizam a região, que dizem respeito à precedente instalação e por conseguinte à concorrência de outros conquistadores que buscavam fixar-se à região. Vale salientar ainda os conflitos que encetaram contra os indígenas da região. Esses conquistadores europeus que os precederam, franceses, ingleses, irlandeses e holandeses, teriam se estabelecido na região através da instalação de “feitorias e pequenas situações fortificadas que lhes garantissem o cometimento expansionista”.³ A empreitada conquistadora dos portugueses na Região Norte revelou de início um caráter nitidamente militar. Nesse sentido destacam-se algumas “situações fortificadas” que refletem tal caráter, a exemplo o Presépio e o Gurupá. Na localização dessas fortificações observa-se também uma preocupação estratégica preponderante.

Não apenas a foz do rio preocupava os portugueses. Em 1637, a expedição de Pedro Teixeira que sobe o Amazonas até o Rio Napo, trazia o piloto Bento da Costa, encarregado de traçar o roteiro da expedição e complementar a cartografia da região. O estreito de Óbidos foi assinalado, e reconhecida a sua posição privilegiada com relação ao controle do rio. Outras referências ao estreito de Óbidos e sua

3. REIS, Arthur C. 1979:13.

vocação estratégica estão no relato de Alonso de Rojas, jesuíta que seguiu com a expedição:

“O piloto-mor, principal descobridor desse rio, diz que convém muito que S.M. mande edificar no lugar estreito, já assinalado, e ponha nele guarnição para impedir a passagem do inimigo holandês, para que não suba o rio e se apodere de suas províncias. Porque como a navegação é sem perigo, manso o rio, abundantes os mantimentos e o índios pouco belicosos, será fácil ao inimigo navegar este Rio e aproveitar-se de suas riquezas e frutos da terra.”⁴

Outra referência ao estreito é apresentada no relato de outro jesuíta, Cristóvão de Acunha:

“O maior estreito onde este Rio recolhe as suas águas é de pouco mais de um quarto de légua na altura de dois graus e dois terços. Lugar sem dúvida previsto pela Divina Providência, estreitando este dilatado mar doce, para que em sua angustura se pudesse construir uma fortaleza que impeça o passo a qualquer Armada Inimiga, por muitas forças que traga, se por acaso entrar pela boca principal deste grande Rio; porque entrando pelo Rio Negro, no mesmo se terá de pôr a defesa. Está esta angustura a trezentas e sessenta léguas do lago de onde em oito dias, com embarcações ligeiras, a vela e a remo, se pode dar aviso muito antes que o Inimigo as aviste.”⁵

Ao considerarmos a escolha do local para a instalação de fortificações, devemos salientar a preocupação por parte dos conquistadores ibéricos com a geografia da região, sobretudo com o emaranhado da rede hidrográfica. Se ainda não a conheciam bem, demonstravam a preocupação em se inteirar das principais vias fluviais, registrando-a cartograficamente. Tal investida teria tanto o sentido rápido de conquista e povoamento, quanto o de proteção contra outros conquistadores. A fortificação da parte mais estreita do Rio Amazonas, foi uma das prioridades do então governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 1679.⁶ Depois de verificar pessoalmente as condições em que se encontravam as fortificações da região, o Governador escrevia à metrópole, sugerindo que se instalasse no estreito, uma fortificação que viesse a garantir o controle do trânsito no Rio. A iniciativa

4. ROJAS, Apud REIS, Arthur C. 1979:14.

5. ACUNHA Apud REIS, Arthur C. 1979:15.

6. REIS, Arthur C. 1979:16.

do governador foi acatada pelo Conselho Ultramarino e por D. Pedro II. Deste modo, expediu-se a ordem para a construção do forte, no estreito do Rio:

“Determino ordenar ao dito superintendente Manuel da Mota que a casa-forte que está obrigado a fazer no Acaqui a vá fabricar em outra paragem acima dos Tapajós no Rio Amazonas da parte do Norte aonde estreita de calide, que qualquer peça alcança a outra parte e fica pouco distante da boca do Rio das Trombetas”.⁷

A construção do Forte é portanto atribuída ao superintendente Manuel da Mota Siqueira.

As referências com relação às funções do Forte levou Reis⁸ a constatar que inicialmente o Presídio dos Pauxis, como passou a ser chamado, teve função policiadora contra possíveis investidas de espanhóis ou franceses, não obstante a fragilidade do seu poder bélico. Posteriormente, em virtude de sua localização, o Forte passou a ter função alfandegária, sendo referido como *Registro*. A partir de então, visava à fiscalização do pagamento *dos dízimos à Coroa Real*, das embarcações que subiam e desciam o Amazonas, transportando produtos da terra, fossem eles o braço indígena, as drogas do sertão, ou ainda o ouro do Tapajós.

Arthur Reis fez menção ainda à matéria-prima utilizada na construção das fortificações da Amazônia, chamando a atenção para o fato de que se buscava utilizar aquela existente na própria região. Deve-se a isto, possivelmente, por um lado, à compatibilidade entre as técnicas de construção de então, com a abundância desta matéria-prima no local; por outro à dificuldade de abastecimento da região.

A técnica de construção mencionada para o Forte, é a taipa de pilão, ainda que não se tenha primado pelo acabamento. Ressalte-se que esta técnica é mencionada como característica das edificações lusitanas no Brasil, no início da colonização. Por outro lado, não é grande a durabilidade do material, sobretudo sob condições tropicais úmidas. Deste modo, já o Relatório de José Miguel Aires, datado de 4 de janeiro de 1749, dá conta de que, a esta época o Forte dos Pauxis carecia de reparos:

7. Apud REIS, Arthur C. 1979:17

8. REIS, Arthur C. 1979

“...suposto tenha só a cortina na parte do mar arruinada e que só desta reedificação careça, e de emboço e reboco e a maior parte do parapeito de novo; contudo como esta Fortaleza se acha edificada sobre uma alta ribanceira, a qual o tempo tem demolido, de sorte que dificilmente pode passar qualquer homem entre a beirada da dita ribanceira e a Fortaleza, e assim achando-se esta no princípio de cair nas primeiras invernações, parece seria mais acerto fazer-se a dita Fortaleza de novo, por se não pôr no perigo de perder-se o dispêndio, recuando-a para dentro, o que fosse necessário.”⁹

Em 1762 as condições do Forte foram retratadas pelo comandante da praça, Henrique de Vasconcelos, por solicitação do Capitão-General Manuel Bernardo de Melo e Castro:

“... que revelava a decadência que já assaltava o presídio, com três peças condenadas por incapazes de ação, ausência quase total de pólvora e balas. No tocante à estrutura do forte, o comandante pedia urgentemente a remessa de tijolos e cal para que pudessem sustentar-lhe as muralhas, pondo-as no estilo original.”¹⁰

Não obstante a significativa posição estratégica do Forte, são frequentes as referências ao seu estado precário. Apesar das determinações do Governador Mendonça Furtado (1755) de que o Capitão Ricardo Antonio da Silva executasse reparos no Forte, já em 1788 suas condições inspiravam cuidados. Essas precárias condições ainda permaneciam na fortaleza no ano de 1788, embora o governador da Amazônia Martinho de Sousa Albuquerque, em visita a cidade de Óbidos, tenha ordenado ao Sargento-Mor engenheiro João Vasco Manuel de Braun que executasse um novo projeto para o forte, mantendo, no entanto, a localização.¹¹ Possivelmente teriam sido feitos apenas pequenos reparos, pois outras prioridades teriam surgido relacionadas a São José do Rio Negro, onde deveriam encontrar-se as comissões encarregadas de demarcar os limites entre Portugal e Espanha, na Amazônia.¹²

Apesar das constantes referências ao potencial estratégico do Forte, a sua real capacidade bélica foi frequentemente questionada. Seja

9. AIRES Apud REIS, Arthur C.. 1979:19

10. CASTRO Apud REIS, Arthur C. 1979:20

11. Op. Cit.:21

12. Op. Cit.:22

pela disponibilidade de armamentos e munições, seja ainda pela necessidade de implantação de obras externas, notadamente na margem oposta do rio.

Do ponto de vista de seu armamento, em 1749, o relatório de Miguel Aires dá conta de que:

“Pauxis, em 1749, dispunha apenas de sete balas de artilharia, 2 arroubas e 18 libras de pólvora, 20 libras de chumbo, 46 libras de bala de mosquetaria, cinco baionetas. Sua guarnição reduzia-se ao capitão comandante, um tenente, um sargento ajudante e seis praças.”¹³

As condições de defesa do Forte dos Pauxis vão se agravando com o passar dos anos. Sua capacidade bélica se mostra cada vez mais reduzida. Em 1753 “possuía apenas três peças de artilharia!”¹⁴ Já em cerca de 1770, a fortificação possuía apenas “duas peças de artilharia além de precaríssimo material de guerra.”¹⁵ Em 1762 o Forte dos Pauxis estava reduzido a simples função alfandegária, considerando-se a deficiência tanto do material bélico quanto do efetivo, de que dispunha. Neste mesmo ano Reis destaca o registro de um efetivo de apenas um soldado e um sargento, observando ainda que “à falta de soldados, a mulher do sargento já dera guarda mais de uma vez”.¹⁶

O Forte permanecera esquecido até 1851, quando o Major Marcos Pereira de Sales – um dos responsáveis pelas obras de restauração das Províncias Amazônicas –, reconhecendo seu valor estratégico, “apresentou ao governo imperial um projeto de reconstrução”¹⁷ e de reaparelhagem do Forte. As obras tiveram início em 1852.

Em 1868 sua capacidade bélica estava representada por dez peças de artilharia.

Não obstante, a excelente localização estratégica do Forte, desde o início de sua atuação na época colonial, mencionava-se a necessidade de construção de um outro forte na margem oposta. Reconhecia-se que apesar da pouca largura que aí apresenta o rio, as deficiências inerentes às armas de fogo da época, não garantiam a interceptação de

13. AIRES Apud Op. Cit.:20

14. Op Cit.:20

15. Op.Cit.:21

16. REIS, Arthur C. 1979:21

17. Op. Cit.:22

embarcações que trafegassem pelo rio, sobretudo nas condições de deficiência em que se mantinha a guarnição do Forte.

Ação portuguesa

A ação portuguesa nos trópicos, e no caso particular, no Brasil, caracteriza-se por não obedecer a uma transposição direta, rígida dos elementos culturais, dos costumes. A experiência portuguesa com a diversidade de ambientes, de soluções, de culturas, adquirida não apenas no âmbito europeu, mas sobretudo através dos contatos em terras distantes, povos distintos, tecnologias diferenciadas, permitia-lhes declinar de posições ortodoxas de comportamento, e assumir uma postura mais flexível, visando um ajustamento às condições locais. Essa modificação se deu através da adequação na matéria-prima, da reinterpretção criada pelos artesãos locais, ou ainda, pelo simples ajuste, buscando contornar as dificuldades em termos de recursos. Foi assim nas técnicas de guerra, quando mal armados buscaram enfrentar as tropas holandesas que invadiram Pernambuco. Ajustaram suas estratégias às disponibilidades do meio – florestas tropicais e não vastos campos; emboscadas e não as amplas frentes de combate.

Muitos dos aspectos acima mencionados, possivelmente não foram registrados através da documentação histórica. Ou por parecerem de somenos importância, ou por se ter incorporado ao cotidiano, estes detalhes são muitas vezes omitidos. Entretanto, do ponto de vista da organização social, tais aspectos assumem muitas vezes, um caráter fundamental na análise do contexto. É o caso da constatação do uso de armas e munições não mencionadas, ou mesmo da avaliação da intensidade de uso ou de alterações na função de uma unidade do sistema; variações populacionais dentro de uma comunidade, podem ser avaliadas através de seus reflexos nas funções das áreas ocupadas. Influências interétnicas, níveis de absorção e de imposição de padrões, de artefatos, de costumes, podem ser evidenciados através do registro arqueológico. Sob esta ótica, as informações resgatadas arqueologicamente não são meras peças, mas dados, documentos para se acessar o entendimento da História.

Considerações finais

A história do período inicial de colonização da Região Norte, se manteve mais relacionada com a exploração direta de recursos naturais, com a “conquista”, do que com qualquer tipo de produção efetiva. O estabelecimento do elemento português na região, foi, no início, em grande parte compelido pela necessidade de garantir a posse do território, de evitar a evasão de bens através de elementos de outras nacionalidades. Tais circunstâncias contribuíram para a ênfase dada aos estabelecimentos de ação militar.

São numerosos os assentamentos portugueses que se originaram a partir de um ponto avançado de conquista ou de defesa. As concessões e favores obtidos a partir da implantação de Casas Fortes, fizeram proliferar estes estabelecimentos em todo o território. O misto de ação civil e militar que se operava à época, não se limitava àqueles estabelecimentos de origem eminentemente civil. Nas fortificações, em princípio uma unidade militar, não raro se observa a existência de períodos em que é evidente a presença civil. Mesmo a variação de função se pode detectar nestes estabelecimentos, ao longo dos tempos.

No campo específico de estudos da História da Cultura, tem-se que muitos dos costumes, das formas de agir, do sincretismo social e cultural, são assimilados, incorporados ao senso comum, abandonados, sem que deles se faça registro, até mesmo em função de passarem despercebidos aos observadores da época, tal a sua espontaneidade. Entretanto, à luz do registro arqueológico, tais fenômenos, tais observações podem estar evidentes, podem ser resgatadas.

O Forte de Óbidos é um destes exemplos. Sua construção, reparos, deterioração, deram margem a uma diversificada alteração de funções. Ainda que não seja detentor de uma história belicosa intensa, sua ação de presença, pela posição estratégica que assumiu, necessariamente interferiu na história da Região Norte daqueles dias.

Ao longo dos quase três séculos que envolvem informações relativas à implantação de um forte em Óbidos, pode-se identificar períodos onde se fizeram reformas e reparos substanciais. Entretanto, não se dispõe de informações detalhadas sobre estas obras, nem mesmo se pode com segurança, afirmar à luz da documentação, se teria ou não mantido o local da primitiva fortificação. Por outro lado, as funções

precípua do Forte, sofreram ao longo do tempo alterações ditadas, quer pelas disponibilidades reais de seu efetivo, quer pelas necessidades imediatas que se faziam sentir na área.

Por outro lado, não se dispõe de dados concretos acerca do comportamento das obras em faxina, sob a ação do clima da Amazônia, e da natureza do registro arqueológico que constituíram.

Grande número de pesquisas arqueológicas têm sido conduzidas visando o estudo da ocupação pré-histórica da Amazônia brasileira. Entretanto, os processos de ocupação e colonização européia na área não têm sido estudados em bases arqueológicas. O estudo arqueológico do Forte de Óbidos é pois, uma das primeiras experiências em Arqueologia Histórica na região.

Por se tratar do estudo de um único sítio, e de não se dispor de elementos comparativos de outros estudos arqueológicos históricos na região, que permitam buscar-se o enquadramento ou mesmo o estabelecimento de padrões ou ainda de correlações intra-regionais, as considerações em termos analógicos estarão fundamentadas em parte nas experiências de estudos arqueológicos históricos em outras regiões, e em parte nas experiências em estudos arqueológicos pré-históricos na Amazônia. Do ponto de vista do processo de assentamento europeu (português, no caso) na região, buscar-se-á resgatar as atividades desenvolvidas naquela unidade de defesa. Um assentamento, em princípio em tempos de paz, contaria possivelmente com a mão-de-obra do indígena, reduzido. O referencial de comparação de uma época próxima, que se dispõe, estudado arqueologicamente, é o Forte do Arraial Velho do Bom Jesus, em Pernambuco. Neste último, as condições de implantação diferem substancialmente, porquanto sua instalação se deu em tempos de guerra, sob forte premência de tempo. Relacionado ao mesmo subsistema de defesa, sua função estratégica visava também impedir o avanço das tropas inimigas no sentido da "hinterlândia"; entretanto, não visava unicamente a defesa da posição, mas também servir de base às investidas de porções de seu contingente em práticas de guerrilha. Por outro lado, as técnicas disponíveis tanto a uns quanto a outros (técnicas de construção, e os tipos de armas) eram as mesmas, diferindo entretanto na familiaridade para com a área e no suporte de mão-de-obra mais afeita ao universo tecnológico utilizado. Os séculos subseqüentes e as transformações introduzidas no Forte de Óbidos,

podem ainda ser comparadas do ponto de vista do registro arqueológico com outros fortes, também do Nordeste. Ressalte-se que, se por um lado os estudos comparativos interregionais podem oferecer resultados mais concretos a partir de estudos mais amplos em cada uma das regiões, com base em padrões já estabelecidos, não é inviável ao nível atual do conhecimento, que se busque estabelecer as primeiras tentativas de comparações. As primeiras aproximações podem ser buscadas desde que se reconheçam suas atuais limitações e se considerem as diferenças entre as regiões, em termos tanto do processo de fixação em si, quanto às próprias diversidades do meio ambiente. Deste modo vale ressaltar que tais correlações que a princípio poderiam sugerir uma certa inconsistência, estarão balizadas tanto pelos conceitos teóricos da Arqueologia como Ciência, quanto pelos fundamentos historiográficos das regiões consideradas.

Desta forma, pode-se desdobrar em três grandes campos de interesse, os objetivos estabelecidos para a realização das escavações arqueológicas neste Forte:

O primeiro deles, que corresponde aos objetivos técnicos da Arqueologia¹⁸, está voltado à reconstituição das estruturas arquitetônicas que constituíram, ao longo do tempo, as feições do Forte de Óbidos. A distinção entre as estruturas apostas em decorrência de reformas, possíveis supressões de estruturas, enfim, elementos que forneçam suporte objetivo aos trabalhos de restauração. Este objetivo, ainda que buscado através de procedimentos científicos visa fornecer o suporte ao trabalho técnico de restauração. Acresce-se a este objetivo, o da recuperação de peças relacionadas à ocupação da Amazônia. Este material após seu estudo e inserção no contexto cultural da época, irá integrar o acervo do Museu de Óbidos. Passo este que se constitui em um dos objetivos terminais da geração do conhecimento, como uma das formas em que o mesmo é repassado ao grande público.

O segundo objetivo do estudo arqueológico do Forte de Óbidos está relacionado à História da organização social do Brasil e à História da Cultura Brasileira. Volta-se à recuperação de elementos do registro arqueológico, sua identificação quanto a forma, uso, função, condições, distribuição espacial e associações; elementos estes que condu-

18. ALBUQUERQUE, Marcos. 1993

zem a se avaliar as funções do sítio, e por último a própria estrutura do sítio, através das relações entre os elementos constituintes, em suas variações ao longo do tempo.

O terceiro campo relaciona-se às questões técnicas da Arqueologia de um modo amplo, e da Arqueologia Histórica em particular. Em trabalhos anteriores tenho buscado ressaltar a necessidade de dados objetivos a nível de sítio, que permitam a compreensão do contexto do comportamento humano, e do contexto físico e biológico envolventes. Este aspecto constitui-se em um dos focos centrais de atenção deste projeto de pesquisa, em que se buscará privilegiar a interpretação do processo de constituição do registro arqueológico, visando sua utilização como fonte de informação para a reconstituição de atividades humanas.

As regiões úmidas têm sido sempre consideradas como impróprias à preservação do registro arqueológico. A intensidade e velocidade dos processos biológicos operados na região têm sido apontados como responsáveis pela destruição deste registro. Entretanto, é possível que a questão esteja antes a nível dos processos de recuperação de dados que não se adequam a natureza dos registros. Ou seja, seria necessário melhor identificar a natureza, e se buscar desenvolver técnicas compatíveis com o seu resgate. Outro aspecto ainda no campo técnico da arqueologia é o do estudo das superfícies de ocupação em um sítio histórico. Os processos naturais de acumulação, a velocidade destes processos sob a ação antrópica histórica, os processos intencionais de transporte e acumulação de sedimentos, são aspectos ainda pouco controlados nos estudos de Arqueologia Histórica, e se dispõem de condições para que sejam desenvolvidos no estudo do Forte de Óbidos, com vistas a geração de conhecimento.

Nestes termos, as técnicas arqueológicas de escavação e interpretação necessariamente deverão considerar a contribuição natural na constituição do registro arqueológico, ou seja, as variáveis antrópicas e naturais que resultam na constituição das camadas arqueológicas do sítio estudado. O conceito de elementos de constituição de um sítio arqueológico apresentado por South¹⁹ é bastante útil em uma abordagem que considere outras forças, que não apenas as antrópicas, na

19. SOUTH, Stanley. 1979.

formação do registro. Este autor admite que os elementos constituintes do registro arqueológico envolvem quatro categorias de dados: (a) as estruturas arquitetônicas; (b) as características; (c) os artefatos e (d) a estratigrafia. Cada uma das categorias analisadas segundo seu uso, forma, função e distribuição (o que responderia pela função do sítio) além do tamanho e das associações entre eles (o que responderia pela estrutura do sítio). Nestes termos, a estratigrafia assume uma importância na análise e interpretação do sítio da mesma ordem de grandeza, que os demais elementos, em que se incluem os artefatos, francamente privilegiados em grande parte dos trabalhos arqueológicos.

Observa-se que frequentemente tem sido dada pouca importância à análise estratigráfica, exceto como possível fornecedor de dados referentes à questões paleoclimáticas. Nestes casos, a tendência registrada tem sido a de buscar inferências diretas, omitindo-se questões relevantes para a avaliação dos dados, como por exemplo a questão da redeposição de sedimentos e a conservação de características de uma fase de deposição anterior. Tais aspectos serão abordados no decorrer das discussões referentes aos modelos teóricos, bem como quando se tratar da abordagem da estratigrafia para a interpretação do sítio. Buscar-se-á, deste modo, demonstrar a potencialidade da estratigrafia de sítios históricos na reconstituição de atividades exercidas durante o cotidiano daquela unidade funcional, considerando-se sua ligação com o sistema mais amplo.

ABSTRACT: Obidos Fort, a functional unit of the portuguese colonial defense system in Brazil — The beginning of Northern Brazil colonization is related to the conquest and direct exploration of natural resources. The Portuguese settlement in the region was very much moved by the need to guarantee the possession of the territory and prevent ealth loss. many of the colonial settlements were originated from advanced posts either of conquest or of defense. The Pauxis Fort (XVII) and the Óbidos Fort that followed it (XIX Century) represent a Functional Unit of the Portuguese Colonial Defense System in Brazil. Effectively, the remanescient Architectural structure was the one constructed in the XIX Century. The Fort Settlement in the Óbidos strait in the XIX Century further served the strategic condition of the area which was reveled since

the XVI Century. Taking into consideration its design the Fort reveals deep differences from the great majority of the defense structures in Northeast Brazil. Constructed under new defense technical concepts and under the impact of the new development of the fire weapons, the Óbidos Fort permits through an archaeological study, the evaluation of important aspects left out of the scarce textual documentation. Those are aspects in terms of the military architecture techniques related to the use of weapons, speed in the diffusion of imported artifacts and most of all issues of change throughout time modifications in the architectural structure. This communication discusses the principal topics which will be developed in other areas.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Marcos, O Sítio Arqueológico PE 13-Ln; Um sítio de contacto inter-étnico: nota prévia. *Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo, p. 77-90. (Pesquisas, Antropologia, n. 20; Estudos Leopoldenses, n. 13), 1969.
- _____. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. *CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE*, n. 5. Recife, p. 105-116, 1982.
- _____. Arqueologia, Arquitetura e restauração de monumentos. *CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE*, n. 7. Recife (no prelo), 1983
- ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda, — Arqueologia Histórica e restauração de monumentos. *Boletim do Departamento de História da UFPE*, vol. 1, n. 1. Recife, p. 58-61, 1976.
- _____. *Forte Real do Bom Jesus — Resgate arqueológico de um sítio histórico*. Recife, Cia. Ed. de Pernambuco, 72 p., 1988
- ANCHIETA, Joseph de, S. I., — *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)* — *Cartas Jesuíticas III*. Civilização Brasileira, 1933.
- CAVALCANTI, Irineu, — *Ação dos Jesuítas na Formação do Brasil: crônicas, 1549 — 1570*. Recife: s. ed., 80pp., 1939
- CORTESÃO, Armando & MOTA, A. Teixeira da, — *Atlas de Lopo Homem e Pedro e Jorge Reinel*, 5 volumes. Lisboa, Portugaliae Monumenta Cartographica. 1960.
- COSTA PORTO, *Estudo sobre Sistema Sesmarial*. Recife, Imprensa Universitária. 1965
- D'AZEVEDO, J. Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 366 p. 1901
- FURTADO, Celso Monteiro, *Formação Econômica do Brasil*. Brasília, Biblioteca Básica Brasileira XXXIV, vol. 6. Editora da Universidade de Brasília. 1963
- HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo, Companhia das Letras, Círculo do Livro. (A vida cotidiana). 1990
- História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, 3 volumes. Porto. 1924
- HOOVER, Robert L., Window on a Spanish California Mission. *Masterkey: Anthropology of the Americas*. California, Southwest Museum. Los Angeles, Winter. 1984

LUCENA, V. O Forte de Óbidos, uma unidade de defesa na conquista do Norte do Brasil. Um projeto de pesquisa. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2):303-319, 1994-95.

- LUCENA, Veleda, A ocupação humana e os processos deposicionais. In: CLIO., *Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, (8):169-175 (Série Arqueológica, n.3). 1986
- REIS, Arthur César, *História de Óbidos*. Belém, Governo do Estado do Pará (Coleção Retratos do Brasil, Vol. 123, 2a. edição). 1979
- SALLES, Marcos Pereira, Maj., *Planta topográfica do porto de Óbidos e planta baixa do Forte*. 1854
- SCHIFFER, Michael B., Archaeological Context and Sistemic Context. *American Antiquity*, vol. 37, n. 2, p. 156-65. 1972
- SOUTH, Stanley, Historic Site Content, Structure and Function. *American Antiquity*, vol. 44. 1979
- SOUZA, Augusto Faustos de, Fortificações no Brazil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo XLVIII, Parte II. Rio de Janeiro, Tipographia Universal de Laemmert. 1885
- WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-Sistem: Capitalist Agriculture and the Origins of the Europeans World-Economy in the Sixteenth Century*. New York, Academic Press. 1979